

# Divergências na FIESP sobre a desindexação

por José Casado  
de São Paulo

Há uma nítida divergência de posições e de ênfases entre a diretoria executiva e o Conselho Superior de Economia da FIESP quanto à forma de se implementar o processo de desindexação da economia brasileira.

Na segunda-feira passada, a diretoria da FIESP concluiu que a melhor, mais fácil e lógica forma de fazer a desindexação é através da implementação de expurgos no (INPC). Ontem, em três horas de debates, a maioria dos membros do Conselho Superior de Economia mostrou que pensa de forma diferente da diretoria da entidade.

"O assunto está sendo tratado superficialmente", ponderou Cláudio Bardella, vice-presidente da FIESP e coordenador do conselho. "A desindexação, para ser feita corretamente, tem de abranger basicamente quatro pontos: salários, câmbio, ativos financeiros e de correção de patrimônio. E tem de ser analisada melhor porque traz modificações estruturais profundas na economia."

Para o economista Luiz Gonzaga de Mello Beluzzo, outro integrante do conselho, "a desindexação que está sendo proposta, exclusivamente sobre o INPC, pode até ser mais viável tecnicamente, mas não é o

fundamental. O básico para o Brasil, hoje, é que se tem de fazer uma desindexação, mas de forma equânime. Sacrificar só os salários é politicamente inviável, inadequado e não resolve nada". Outro membro do conselho, economista Adroaldo Moura da Silva, entende que "a desindexação é complexa, mas tem de ser feita de forma universal e desindexar não significa livre negociação salarial".

O presidente da FIESP, Luiz Eulálio de Bueno Vidigal Filho, entretanto, considera que "o mais lógico é começar pelo INPC". A Agência Globo, ontem, defendeu esse ponto de vista, argumentando que "é através da redução dos salários que o governo conseguirá reduzir o déficit público".